

TRT-15

CONHECIMENTOS BÁSICOS



Editais verticalizados

TRT 15 (Campinas) - Tribunal
Regional do Trabalho 15ª Região

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA:

Ortografia e acentuação.
 Emprego do sinal indicativo de crase.
 Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
 Relação do texto com seu contexto histórico.
 Denotação e conotação. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.
 Intertextualidade.
 Figuras de linguagem.
 Morfossintaxe. Elementos estruturais e processos de formação de palavras.
 Sinonímia e antonímia.
 Pontuação.
 Pronomes.
 Concordância nominal e concordância verbal.
 Flexão nominal e flexão verbal.
 Vozes do verbo.
 Correlação de tempos e modos verbais.
 Regência nominal e regência verbal.
 Coordenação e subordinação. Conectivos.
 Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
 Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

Noções de Estatística: medidas de tendência central (moda, mediana, média aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão);

leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

NOÇÕES SOBRE DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (RESOLUÇÃO CSJT Nº 386/2024 - ART. 6º): Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).

Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).

Direitos no sistema de transporte coletivo (Lei nº 8.899/1994 e Decreto 3.691/2000).

Símbolo de identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva (Lei nº 8.160/1991).

Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999)

CÓDIGO DE ÉTICA DOS SERVIDORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO

Disponível em: [https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/roles/institucional/gestao-estrategica/CARTILHA%20DE%20ÉTICA%20\(2\)_compressed.pdf](https://trt15.jus.br/sites/porta1/files/roles/institucional/gestao-estrategica/CARTILHA%20DE%20ÉTICA%20(2)_compressed.pdf)

REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 15ª REGIÃO:

Do Tribunal: Disposições Preliminares;

Organização do Tribunal; Tribunal Pleno;

Órgão Especial;

Presidência do Tribunal; Corregedoria; Seções Especializadas;

Turmas e Câmaras;

Escola Judicial;

Serviços Administrativos: Pessoal Administrativo; Gabinete dos Desembargadores do Trabalho. Disponível em: <https://trt15.jus.br/institucional/estrutura-do-tribunal/regimento-interno>

CONHECIMENTOS GERAIS – para todos os cargos, EXCETO:

- 1 – Analista Judiciário – Área Administrativa,
- 2 – Analista Judiciário – Área Judiciária,
- 3 – Analista Judiciário – Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal e
- 25 – Técnico Judiciário – Área Administrativa

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e LEGISLAÇÃO:

Administração Pública: Características básicas das organizações formais modernas: tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação;

Princípios Básicos da Administração Pública.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos; simplificação,

racionalização e avaliação dos serviços prestados aos usuários de serviços públicos

- Decreto nº 9.094/2017;

gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro; ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional;

Balanced scorecard;

gestão de projetos;

gestão de processos;
 metodologias de avaliação de desempenho;
 governança e governabilidade;
 transparência e acesso à informação;
 indicadores de gestão;
 gestão por competências;
 processo decisório;
 gestão de conflitos;
 Administração gerencial.

Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

Legislação: Lei nº 8.112/1990 e alterações posteriores- Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União: disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Lei nº 8.429/1992 e alterações posteriores;

Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

CONHECIMENTOS GERAIS – APENAS para os cargos:

2 – Analista Judiciário – Área Judiciária e

3 – Analista Judiciário – Área Judiciária - Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:

Características básicas das organizações formais modernas:

tipos de estrutura organizacional, natureza, finalidades e critérios de departamentalização.

processo organizacional: planejamento, direção, coordenação, comunicação, controle e avaliação;

Princípios Básicos da Administração Pública.

Gestão da Qualidade: excelência nos serviços públicos;

simplificação, racionalização e avaliação dos serviços prestados aos usuários de serviços públicos - Decreto nº 9.094/2017;

gestão estratégica do Poder Judiciário brasileiro; ferramentas de análise para gestão e planejamento estratégico, tático e operacional;

Balanced scorecard;

gestão de projetos;

gestão de processos;

metodologias de avaliação de desempenho;

governança e governabilidade;

transparência e acesso à informação;

indicadores de gestão;

gestão por competências;

processo decisório;

gestão de conflitos;

Administração gerencial.

Gestão pública eficiente, eficaz e efetiva.

Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada.

CONHECIMENTOS GERAIS – para todos os cargos, EXCETO:

24 – Analista Judiciário – Área Apoio especializado – Especialidade TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO e

28 – Técnico Judiciário – Área Apoio especializado – Especialidade TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

NOÇÕES DE INFORMÁTICA:

Noções de sistema operacional (Windows 10 ou superior).

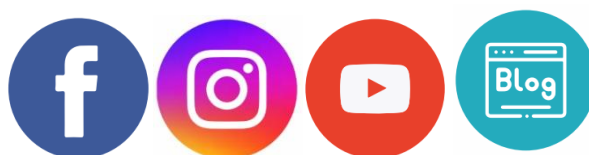
Email, Edição de textos, planilhas, agenda e apresentações (google workspace), compartilhamento de arquivos (google workspace).

Redes de computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de Internet e Intranet;

Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer, Mozilla Firefox e Google Chrome);
 Sítios de busca e pesquisa na Internet;
 Grupos de discussão;
 Redes sociais.
 Conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, pastas e programas.
 Segurança da informação: Procedimentos de segurança;
 Noções de vírus, worms e outras pragas virtuais;
 Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!